

# Sistematização rejeita pena de morte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Em sessão presidida pelo senador Jarbas Passarinho, a Comissão de Sistematização da Constituinte rejeitou ontem, por 84 votos a cinco e uma abstenção, a pena de morte nos termos da emenda de autoria do líder do PDS, deputado Amaral Netto. A proposta punha sobre a aplicação de pena capital nos casos de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, de roubo ou seqüestro e de estupro seguido de morte. Votaram a favor da iniciativa os deputados Francisco Rossi, José Lins, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Pimentel e Theodoro Mendes, enquanto o deputado Gerson Peres se absteve de votar. A noite, foram rejeitados mais seis pedidos de destaque em favor da pena de morte.

Foi também rejeitado o pedido de destaque de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que pretendia suprimir do parágrafo 21, do artigo 5º do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, a proibição de adoção da pena de morte. Com isso, ele que-

ria remeter a questão aos estados, que poderiam ou não adotar a penalidade em suas constituintes. A emenda do deputado petebista foi rejeitada por 83 votos contrários e apenas cinco favoráveis, dos deputados Joaquim Beviláqua, Darcy Pozza, Gerson Peres, Paulo Pimentel e Ricardo Issa.

## ÁGUA NO BICO

Autor de emenda instituindo a pena de morte no País, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) já subiu à tribuna para defendê-la sabendo estar a causa perdida, o que admitiu francamente, mas antecipou que rerepresentará sua proposta no plenário da Constituinte e no Congresso, se ela não for incluída na nova Carta. Esclareceu que a pena capital seria aplicada em poucos casos e que, antes da sua instituição e 120 dias após a promulgação da Constituição, seria realizado plebiscito. Citou pesquisas realizadas no Paraná, onde 67% dos consultados teriam se manifestado a favor da pena de morte e contou a parábola do passarinho que queria apagar um incêndio transportando

água no bico, para dizer que estava cumprindo o seu dever.

O deputado José Serra (PMDB-SP) falou contra a pena de morte, acentuando a existência de um falso dilema "entre pena de morte e insegurança", pressuposto que considerou equivocado. José Serra afirmou não ter registrado aumento da criminalidade nos países onde a pena de morte foi abolida, e citou estatísticas para mostrar que 80% dos assassinatos cometidos na Inglaterra são de autoria de pessoas mentalmente perturbadas, ou obstinadas pelo crime perfeito, que não teriam recuado diante da ameaça de pena capital.

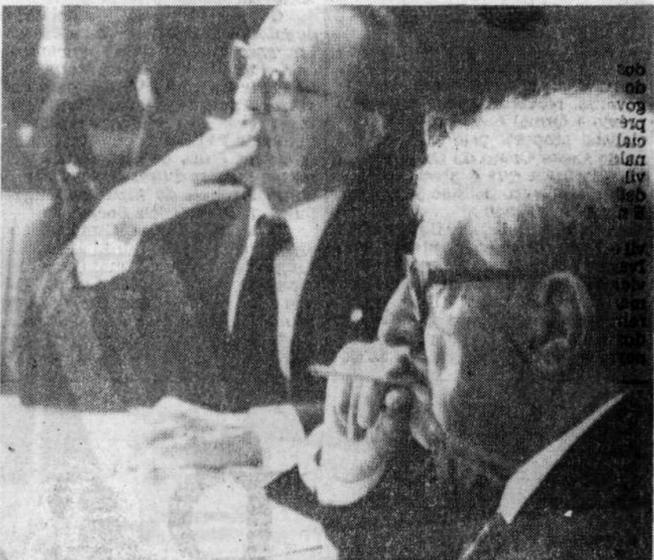
Ontem foi a primeira vez que o senador Jarbas Passarinho assumiu os trabalhos depois de indicado para o cargo de vice-presidente da Mesa pelas lideranças partidárias, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso. Ex-presidente do Senado, ex-integrante da Mesa daquela Casa, e líder partidário com larga experiência e conhecimento dos mecanismos do plenário, o senador pelo Pará con-

seguiu imprimir maior rapidez aos trabalhos, só não conseguiu adotar a votação simbólica devido à reação de vários parlamentares.

Jarbas Passarinho ainda tentou reduzir o número de oradores, alegando estar a Comissão de Sistematização "jogando contra o tempo e diante da angústia de ter de apreciar oito mil destaques". Ele pretendia que apenas os autores das emendas falassem e só um constituinte discursasse, em resposta. Mas o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) considerou a providência "profundamente desaconselhável", observando não ter a Constituinte nenhum compromisso com a imprensa, mas sim com a Constituição bem elaborada.

## PASSANDO O TEMPO

O senador Afonso Arinos não costuma fumar. Só o faz raramente, como ontem, durante a reunião dos líderes na Comissão de Sistematização, quando, para enfrentar as longas discussões e questões regimentais, que considera enfadonhas, "filou" um cigarro do deputado Antônio Carlos Konder Reis.



Arinos "fila" um cigarro de Konder para suportar debates

## UDR fará "levante nacional"

SALVADOR  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, prometeu ontem em Salvador promover "um levante nacional", caso seja aprovado na Comissão de Sistematização o substitutivo do relator Bernardo Cabral, que considerou "retrogrado, confiscatório, antidemocrático e arbitrário". Segundo Caiado, em vez de tranquilizar os setores produtivos, o projeto de Cabral ameaça estatizar progressivamente toda a economia, levando à falência os empresários. Caiado, que foi aplaudido com entusiasmo pelos participantes do 28º Congresso Nacional de Lojistas, fez um apelo para que industriais e comerciantes se juntem aos ruralistas a fim de acabarem com a "farsa" da

Constituinte: "Não podemos admitir que todo o trabalho realizado seja destruído pela vontade de uma Comissão de Sistematização e de um relator. Não vamos aceitar golpe na Constituinte, que essa esquerdinha de butique que nunca trabalhou imponha a sua vontade". Segundo ele, "é preciso desmitificar esses pseudoprogressistas", que querem "jogar sobre a livre iniciativa a responsabilidade pelo caos social". A seu ver, "o inimigo do social são as estatais, a corrupção e todos esses marajás". E acentuou: "Progressistas somos nós, não o senhor Bernardo Cabral. Devemos nos sentir honrados por sermos proprietários, o que temos é fruto do nosso trabalho, não da corrupção". Para ele, é uma "aberração" a crise política consequente do rompimento da Aliança Democrática.

## Cabral pede mais dez dias de prazo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O prazo para votação do anteprojeto de Constituição na Comissão de Sistematização deve ser ampliado em mais dez dias, pois mesmo com as alterações determinadas pela Mesa e que resultaram na maior rapidez dos trabalhos, a votação não poderá ser concluída no tempo regimental de 15 dias. Esta é a opinião do relator Bernardo Cabral, para quem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, está sensível ao problema, e, assim como dilatou os prazos em outras instâncias, fará o mesmo em relação à votação na Sistematização.

Cabral considera também que o anteprojeto não deve ser enviado ao plenário final da Constituinte antes de ter sido totalmente examinado e votado pela Sistematização. Para ele, se for tomado mais tempo na etapa atual, isto se refletirá em ganhos nos trabalhos finais da Constituinte. O relator considera que a crise surgida entre o PMDB e o PFL contribuiu para prejudicar o ritmo dos trabalhos constituintes, mas lembrou que haverá maior rapidez quando entrar em funcionamento o painel eletrônico de votação, o que deve ocorrer já na sessão de hoje.

### CONSULTA AO PLENÁRIO

As deliberações da Comissão de Sistematização sobre o substitutivo

de Bernardo Cabral ganharam velocidade na noite de ontem, graças a sugestão feita pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e aceita pela Mesa, no momento presidida pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Pela fórmula adotada, antes de submeter uma emenda à votação, é feita consulta ao plenário, para se saber quantas constituintes apoiam a matéria em exame. A falta de apoio permite que o autor retire a emenda.

A primeira tentativa, às 19h20, produziu os efeitos esperados, mantendo-se o parágrafo 22 do artigo 5º sem votação. Se fosse cumprida a sistemática anterior, de votar todos os destaques, a aprovação desse dis-

positivo exigiria pelo menos uma hora e meia.

### RIGHI

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi, encaminhou ontem ao plenário da Comissão de Sistematização proposta de subdivisão da comissão em três plenários, para que os trabalhos de votação do substitutivo de Bernardo Cabral possam ser ainda mais acelerados, cumprindo-se o prazo de votação, que se encerra dia 8. O presidente da comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), encaminhará a proposta aos líderes, na reunião de hoje. Para o deputado José Genofino (PT-SP), a comissão é indivisível e, se necessário, o prazo deve ser ampliado.

## Desembargadores protestam

Os cinco desembargadores que integram a 14ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo registraram ontem, em ata, um protesto contra o substitutivo do relator Bernardo Cabral, que, segundo eles, ofende a soberania, a autonomia e a independência do Poder Judiciário. "Ainda há tempo para poupar as carpideiras mesmo que a contragosto delas, dos funerais do Judiciário", afirma o ofício que será encaminhado ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Machado de Araújo, Franciulli Netto, Marcus Vinicius, Dimas Ribeiro e Mário Vitorino criticaram especificamente a parte do substitutivo que propôs a criação de um Conselho Na-

cional de Justiça para controlar o Judiciário. Para eles, o dispositivo é um "aleijão plasmado por idéias no mínimo preconceituosas".

Os desembargadores consideram que o documento de Bernardo Cabral frustrou a expectativa de medidas que poderiam contribuir para acelerar a execução do trabalho jurisdicional. Na avaliação que fizeram, "o substitutivo criou um novo degrau e fator de complicação com o projeto do Superior Tribunal, situação a relegar os Tribunais de Alçada e os Tribunais de Justiça a um mesquinho plano intermediário, sequer aconselhável para províncias, esquecido que o Estado-membro aplica a justiça em nome e com a soberania da Nação".

## Professores não têm sorte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Se vocês continuarem enchendo a paciência da gente, aí é que não vamos lutar pela aprovação do que vocês querem" — ameaçou ontem o deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP), dirigindo-se a um grupo de professores paulistas que estão em Brasília tentando sensibilizar os constituintes para que seja restabelecida a aposentadoria aos 25 anos de carreira e garantido o repasse de verbas exclusivamente para as escolas públicas. Os professores paulistas, de um grupo de cerca de dois mil, do primeiro e segundo graus, não tiveram melhor sorte com o deputado Bernardo Cabral, com quem tenta-

ram conversar: ao perceber que seria abordado, o relator apressou o passo e se "escondeu" numa das salas da Comissão de Sistematização, segundo denunciou a professora Fátima Cristina de Oliveira, de Santo André.

Mas os mestres paulistas não desistem e, ajudados por professores do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e Mato Grosso, estão dispostos a intensificar o lobby, ainda que tenham de se sujeitar a permanecer em Brasília em condições precárias — há gente "acampada" no Grande Circo Lar de Brasília e dormindo nos ônibus da caravana. Além da má vontade dos políticos, os professores enfrentam também a repressão da segurança do Congresso.

## Estado de perplexidade

MÁRIO AMATO

Há uma preocupação nacional indistinta que sobrevoa a angústia com os rumos da economia e os descaminhos da Constituinte, e que toma a imagem do Pão de Açúcar como símbolo físico de um estado de perplexidade. Estado aí, no duplo sentido: o Estado do Rio de Janeiro, que assiste e faz assistir, pela televisão, seu estado de guerrilha urbana e "estado" de dúvida e incerteza sobre o que está acontecendo no território fluminense, que deve preocupar a todos nós.

Evidentemente que os fatores até agora apontados são todos procedentes, embora só contemplem facetas da multifacetada realidade que atormenta e assombra os homens de bem. Claro que há o problema da fome, dos baixos salários, da dificuldade de moradia, da escassez dos transportes, da escola insuficiente ou inexistente, da falta de oportunidade de trabalho. Tudo isso existe e é indistintamente, por maiores que sejam os esforços de dois tipos de analistas em ocultar a realidade — os primeiros dizendo que são "problemas localizados" e os segundos alinhando razões para tentar provar que "já foi pior".

A nossa tentativa quer ir mais a fundo na questão, porque a medida que compreendemos o que acontece no Rio de Janeiro, não obstante os esforços do governador Moreira Franco, que herdou esse estado de coisas, teremos condições de equacionar a situação das outras grandes metrópoles e das médias cidades.

Na verdade, que acontece no Rio de Janeiro?

O que há por trás dessa subversão institucionalizada da lei e da ordem? Há pouco li um pequeno livro, que me foi apresentado pelo deputado Lúcio Alcântara, A Lei e a Ordem, do sociólogo Ralf Dahrendorf, que encontraria no exemplo carioca a demonstração de todas as suas teses. Diz ele, em síntese, que as sociedades desenvolvidas — e, por extensão, o Terceiro Mundo, sempre pródigo em copiar o mau exemplo do primeiro — estão em nítido caminho da "anomalia", ou uma situação

de transição da sociedade, caracterizada por distúrbios, dúvidas e incertezas sobre tudo, em que as violações das normas, por não serem punidas, ou não o serem de forma sistemática, acabam se tornando, elas próprias, sistema. Em outras palavras, algumas nossas, agora expostas, há um "momento horrível" em que a absoluta falta ou cumprimento das normas desencadeia um estado de paixão, em que a guerra é contra todos. Ele cita, a propósito, um episódio de Berlim em processo de tomada pelos russos, em que lhe foi dado assistir dois episódios inacreditáveis. Seu professor de História, um antinazista, foi morto por um soldado russo, ao abrir a porta, enquanto uma velhinha, que se queixara a outro russo, de lhe terem levado a bicicleta, recebeu, de presente, o cavalo que o soldado montava. Quer dizer, se um observador fosse julgar o momento, os russos e os alemães por aquele breve período, não teria razões sólidas para emitir qualquer julgamento. Tudo estava subvertido, transformado, exatamente como subvertido, transformado está o Rio de Janeiro, em que o crime organizado age a partir das prisões; em que policiais corruptos atingem postos de cúpula e a autoridade de secretários não é reconhecida; em que traficantes são enterrados ao som do Hino Nacional e uma porcentagem do produto do crime "é destinada" às massas menos favorecidas.

Esse estado de "anomalia" transcendente a própria ideologia e não se explica só pelo conceito de luta de classes. É algo mais anterior e profundo e parte dos próprios fundamentos da existência humana. Vai além da anarquia.

Talvez o campo do direito pudesse nos fornecer alguns indícios com que guiar nossa ação. No princípio, depois do caos físico haver se organizado, houve um período, nos primórdios humanos, de caos social, em que todos lutavam contra todos, ferindo-se e matando-se mutuamente, praticamente esquecendo os inimigos comuns, até que alguns, por medo ou por sensatez, começaram a coletar algumas regras que pode-

riam ordenar o acesso à comida, à casa, à mulher, aos instrumentos de sobrevivência. Mais importante ainda, graças ao consenso, ou à força, impôs-se a crença de que a liberdade de um termina onde começa a do outro. E para ajudar os homens a seguirem regras, os líderes impuseram a coação, que necessariamente segue-se à lei, como clava que muitas vezes faz cumprir a norma acima mesmo da voz da consciência.

Essa a história do homem e de sua evolução e de seu progresso, em que a lei — uma leve tintura passada sobre a pele do lobo que somos todos nós — só é obedecida pela maioria pelo temor do que pode acontecer, em não havendo obediência.

Mas quando as sociedades entram no caminho da "anomalia" todo aquele freio vai perdendo a força. Em primeiro lugar, a autoridade do Estado é esfacelada, por ausência de condições morais dos governantes ou de pulso para liderar. Uma vez que não encontra na cúpula o exemplo a seguir, o mecanismo da lei e da ordem, aquele que detém a autorização do uso da força justamente para assegurar o cumprimento da lei, vai abrindo mão de sua prerrogativa e começa a não investigar, punir, deter; e por viver em contato com o mundo da marginalidade, deixa de contar com o resguardo dos princípios e com o termo da punição, para não cometer os mesmos crimes e contravenções. Os criminosos, por sua vez, não encontrando mais reação da polícia e/ou do judiciário, alargam a sua ação, envolvem as próprias autoridades nas suas conexões e subvertem, perante o povo, o conceito do que é certo e do que é errado. O povo das periferias e favelas, oprimido pelas suas dificuldades e não encontrando alento para suas expectativas é punição para seus desvios, inverte também o sentido da formação dos filhos. Estes passam a aspirar o "sucesso", a qualquer preço, com ou sem marginalidade, e principalmente com marginalidade, porque vai mais rápido. O "sucesso" aí é confundido com o "ter" de qualquer forma, inclusive o "tomar" de quem o possuía,

porque até o freio da religião está desligado, porque a chamada Igreja Popular justifica a violência e os ritos mágicos tendem a sublimá-la.

Resultado: o caos. E no caso do Rio de Janeiro, com um acréscimo subvertedor quase diabólico. A medida que os reis do crime abrem mão de uma porcentagem do produto da droga, da prostituição, da violência, "para benemerência social", tiram dos poucos moralistas da periferia a oportunidade de clamar contra a transformação das favelas em áreas anti-sociais. A medida que candidatos em campanha tudo permitem e chegam a dizer que preferem a companhia de contraventores à das elites, perde-se a noção do exemplo, pois "o Estado" alia-se ao que "passou a ser certo", porque é apoiado pelo Estado...

Isso tudo sem falar da corrupção, dos golpes, do oportunismo desenfreado, dos escândalos públicos, dos roubos praticados diuturnamente.

Essa é a ameaça presente no Rio, alimentada e multiplicada pela frustração das expectativas. Não há mais certeza de nada, porque os próprios valores estão subvertidos.

E o grande problema é que essa decomposição cria um vácuo, onde cada um adota métodos próprios para sobreviver; em que os atos violentos e contestadores dos indivíduos fundem-se no anonimato das massas; em que cada núcleo de pessoas resolve proteger-se e atacar em bloco, porque não há mais polícia, crença ou respeito pela autoridade do Estado. E um dos maiores perigos da anomalia é que ela sempre traz maus presságios para liberdade. Como a sociedade sabe a instintivamente o momento em que sua sobrevivência está em jogo ela pede e aceita a intervenção de consules e tiranos autorizados, que recebem, aberta ou implicitamente, autorização para ignorarem o contrato social anterior, impondo novas normas à força de uma só ideia: restabelecer a lei, a ordem, ao custo inicial da aceleração da desordem completa, e do aniquilamento de quem quer que se oponha a essa reversão.

Mário Amato é presidente da Fiesp